

A TOMADA DE CONSCIÊNCIA NAS RELAÇÕES DE CONSUMO: CIDADÃOS CONSCIENTES E SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS

AWARENESS IN CONSUMER RELATIONS: CONSCIOUS CITIZENS AND SUSTAINABLE SOCIETIES

A LA TOMA DE CONCIENCIA EN LAS RELACIONES DE CONSUMO: CIUDADANOS CONSCIENTES Y SOCIEDADES SOSTENIBLES

Alexander Josef Sá Tobias da Costa¹, Clarice Silva Lima², Luciana Silva Lima³

¹ Geógrafo, Doutor em Ambiente e Sociedade e professor adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO). R. São Francisco Xavier, 524 – Maracanã – Sala 4006, Bloco F, CEP: 20550-900 – Rio de Janeiro – RJ. E-mail: ajcostageo@gmail.com.

² Cientista Ambiental e doutoranda em Geografia, pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. R. São Francisco Xavier, 524 – Maracanã – Sala 4006, Bloco F, CEP: 20550-900 – Rio de Janeiro – RJ. E-mail: claricecler87@gmail.com.

³ Jornalista e Mestre em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Av. Pasteur nº 250 - Urca, CEP: 22290-240 – Rio de Janeiro – RJ. E-mail: luxlima1983@gmail.com.

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo propor uma reflexão sobre a questão do consumo imposto pelos ditames do sistema capitalista, fazendo uma correlação entre alguns temas que permeiam a sociedade de consumo, como: a geração de resíduos sólidos urbanos, a emissão de gases de efeito estufa pela destinação final dos resíduos, a exclusão social e a busca de possíveis saídas para esta crise dos resíduos que nos deparamos.

Palavras-chave: consumo; resíduos sólidos urbanos; gases poluentes; consumo consciente.

ABSTRACT

The purpose of this article is to propose a reflection on the issue of consumption imposed by the dictates of the capitalist system, making a correlation between some topics that permeate the consumer society, such as: the generation of solid urban waste, the emission of greenhouse gases the final disposal of waste, social exclusion and the search for possible solutions to this waste crisis that we face.

Keywords: consumption; urban solid waste; polluting gases; conscious consumption.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo proponer una reflexión sobre el tema del consumo impuesto por los dictados del sistema capitalista, haciendo una correlación entre algunos temas que impregnan la sociedad de consumo, tales como: la generación de residuos urbanos sólidos, la emisión de gases de efecto invernadero. la disposición final de los residuos, la exclusión social y la búsqueda de posibles soluciones a esta crisis de residuos que enfrentamos.

Palabras clave: consumo; residuos sólidos urbanos; gases contaminantes; Consumo consciente.

1. INTRODUÇÃO

A urgência em incitar a sociedade de consumo, marca registrada do capitalismo global, tem sido apontada como a grande fonte geradora da poluição e da degradação das condições de vida, sobretudo a humana. O consumismo, geralmente confundido com o suprimento das necessidades básicas dos seres humanos, equívoco constantemente reforçado pela mídia, impõe, cada vez mais, uma lógica de completo distanciamento dos produtos finais com suas relações de produção, as quais se encontram profundamente arraigadas na irracionalidade da utilização dos recursos naturais, atuando única e exclusivamente em prol do capital (do crescimento econômico), que carrega em si um processo de profunda desigualdade e exclusão social. A grande problemática acarretada pelo consumo está relacionada à inversão de valores que coloca os padrões do ter a frente do ser (BAUDRILLARD, 1981).

Segundo o dicionário, o verbo consumir já apresenta, em sua própria concepção, um significado altamente nefasto e pejorativo: “consumir (do lat. *consumere*): 1. Gastar ou corroer até a destruição; devorar, destruir; extinguir. 2. Aniquilar, anular. 3. enfraquecer, abater (...)” (Dicionário Aurélio, 1986). Entendendo essa designação e observando todas as consequências acarretadas por um modelo de vida que tem pautado toda a sua experiência no desgaste desmedido da natureza e de todas as formas de existência, torna-se não apenas necessário, como inevitável, questionar tais padrões. Como conviver com uma sociedade mais justa e equilibrada se a todo o instante se promulga o aumento da vontade insaciável de ter cada vez mais, ao passo que ‘ser’ é sempre menos importante? Como justificar sociedades tão desiguais, onde uns tem tanto e outros quase nada? As relações caóticas de consumo devem continuar, a todo custo, sem que haja qualquer preocupação com os problemas que tais práticas acarretam para o ambiente, para a sociedade e para a própria espécie humana? Se de fato existe um apelo pelo alcance da qualidade de vida, todas essas questões precisam ser, urgentemente, postas em discussão, como forma de se estabelecer novas alternativas ao modelo altamente desenfreado (injustificável e inconcebível) de consumo atual.

1.1 O Consumo

Baudrillard, um dos grandes pensadores da sociedade de consumo, estabelece uma profunda reflexão crítica sobre os padrões de vida modernos, regidos por uma infinidade proliferante de objetos, os quais desestruturam a condição e as relações humanas e, inclusive, tornam o próprio modo de perceber o ambiente um produto destas invenções industriais e tecnológicas. Segundo o autor, Baudrillard (2003), ao questionar os padrões da sociedade de consumo, que nos deparamos na vida moderna, menciona a divulgação do conceito de ambiência pela aproximação do ser humano com o meio material e, conseqüentemente, o seu distanciamento do meio natural, o ambiente; onde vivemos para os objetos e não com os objetos.

Barbosa (2004), sintetiza no seu livro *Sociedade de Consumo* a diferença entre os dois conceitos, sendo: sociedade de consumo – capitalista e de mercado, acumulação de cultura material sob a forma de mercadorias e serviços, compra como principal aquisição de bens e serviços, consumo de massas para as massas, alta taxa de consumo individual, taxa de descarte das mercadorias quase tão grande quanto a de aquisição, consumo de moda (novidade) e consumidor como um agente social e legalmente reconhecido nas transações econômicas; cultura de consumo – ideologia individualista, valorização da noção de liberdade e escolha individual, insaciabilidade, consumo como principal forma de reprodução e comunicação social, cidadania expressa na linguagem de consumidor, fim da distinção entre alta e baixa cultura, signo como mercadoria e estetização e comoditização da realidade.

Desta forma, é incompreensível falar de consumo sem fazer referência a estes conceitos,

situando cada um em suas devidas posições. A sociedade de consumo como pertencente ao sistema hegemônico, ditado pelos moldes da globalização do sistema capitalista; e a cultura do consumo como enraizamento ideológico desse sistema em cada cidadão, em cada cultura.

Ao pensarmos no ato de consumir, na sociedade moderna, não podemos vinculá-lo apenas a uma racionalidade da esfera econômica pretendida para a sociedade do consumo, pois se estende às subjetividades do pensamento humano, sendo neste local, o da subjetividade, que surge a necessidade incessante e ininterrupta do consumidor por produtos por meio da obtenção de mensagens.

Para Campbell (2001), estas mensagens são advindas pela manipulação dos significados simbólicos vinculados aos produtos, para atingir a motivação individual do sujeito, gerando uma suposta necessidade do item; havendo a manipulação de mensagens e não pessoas. Destarte, ao adquirir uma mercadoria, por sua mensagem subliminar, o consumidor terá acesso apenas a sua utilidade intrínseca, o que poderá levar a uma quebra na expectativa gerada em seu imaginário, levando a necessidade de querer um novo produto para saciar um novo desejo; desejos que estão sendo sempre renovados devido a contínua substituição dos significados simbólicos.

Ainda, segundo afirmações de Campbell (2001, p. 131), o autor considera que o consumismo moderno não é materialista e que seu entendimento estaria exatamente no dualismo entre o sonho e o real, pois surge da vontade de testar, no mundo real, o que é vivenciado no mundo imaginário. Porém, como a nossa imaginação tende a buscar o que é utópico, o real acaba gerando uma quebra de expectativa levando as pessoas a se desfazerem do bem tão rapidamente quanto os adquiri.

Seguindo a mesma visão de Campbell, Baudrillard (1981) também traz o pensamento que os objetos já não possuem na modernidade uma função ou necessidade concreta, estes advêm de desejos do inconsciente que compõem para um mesmo material diferentes signos, conforme as necessidades do capital. Os objetos já não atendem mais às nossas necessidades, mas somos nós que somos conduzidos, por suas alterações com novos significados e significantes, a aceitar o que eles nos oferecem.

Com isso, a sociedade do consumo pretende aniquilar com as culturas locais, cambiando para a cultura do consumo, para que o sistema se torne homogêneo e plastificado, moldando os cidadãos com facilidade às constantes transformações.

Ao falarmos que o sistema capitalista procura a homogeneização, não quer dizer que todos os indivíduos andarão igualmente, pois dentro da sua lógica estrutural existem as diferenciações aparentes que atendem aos diferentes grupos sociais; a diferenciação é alcançada pela combinação de diversos signos obtidos dentro dos mais variados estilos. Então, para Baudrillard (1981), este é o ponto fundamental para se entender que o consumo não se trata mais da funcionalidade dos objetos e nem do prestígio individual ou de grupo, mas sim de um sistema de arranjos e trocas de distintos estilos e grupos funcionando como uma nova maneira de comunicação.

Porém, apesar da permuta entre diferentes estilos, o sistema prima pelo individualismo, a felicidade e o bem-estar ilusório do eu e não do coletivo, em busca de um êxito social totalmente contraditório com a democracia formal. Baudrillard (1981) define esse estilo de democracia como sendo do agora, dos objetos, da aparência concreta, como se esta fosse a democracia inscrita na constituição, independente das desigualdades sociais, camuflando a desumanidade e barbaridade pregada nessa ideologia.

O controle que as forças de mercado exercem sobre os cidadãos, passa a ser medido por fatores psicológicos e subjetivos, que se pautam no estímulo à produção incessante de carências e desejos materiais e simbólicos, os quais só podem ser resolvidos dentro das relações de consumo. Tal prática não mais se encontra voltada a atender as necessidades elementares (fisiológicas) da população, mas a conferir status e prestígio social, inclusive a própria noção de felicidade acaba por associar-se as conquistas materiais. “Os indivíduos passam a ser reconhecidos, avaliados e julgados por aquilo que consomem (...) O próprio indivíduo passa a se auto-avaliar pelo que tem e pelo que consome” (Manual de Educação para o Consumo Sustentável, MMA/MEC/IDEC, 2005, p. 17).

É dessa forma que a interferência da sociedade de consumo, sobre natureza e as relações humanas, toma a sua dimensão mais voraz, reduzindo toda a experiência de vida à mesquinhez dos apelos econômicos dominantes, que mediante a atuação persistente da mídia, aliena os indivíduos de sua verdadeira condição existencial para torná-los escravos das mercadorias e do capital (BAUDRILLARD, 2003, p. 16).

Para Bauman (1998), o produto da sociedade de consumidores é o profundo hiato que se cria entre os que foram fascinados e podem satisfazer aos seus desejos e os que foram fascinados, mas estão atados para realizar seus anseios; tendo estes uma representatividade maior dentro da sociedade.

Por não aderirem ao modelo imposto, sendo considerados consumidores falhos, as sujeiras do sistema, os excluídos dentro da sua própria sociedade também obtêm o conhecimento errôneo de que consumir certos objetos e ostentar um estilo de vida é vital para se obter felicidade e talvez dignidade, assim veem muitas vezes como saída a criminalidade, por não terem voz nem vez dentro da referida estrutura.

Dentre os inúmeros problemas aí encontrados, produto da aceleração do aumento no consumo, nos deparamos com a questão particular dos resíduos sólidos urbanos. Os resíduos que se avoluma nas cidades traz para as zonas urbanas várias consequências negativas: custos cada vez mais elevados para coleta e tratamento, escassez de áreas disponíveis para deposição final, grande desperdício de matérias primas, proliferação de doenças, poluição e conseqüente degradação ambiental, entre outros.

Para esta questão dos resíduos sólidos urbanos, Maniglia e Costa (2012) defendem que há urgência na elaboração de políticas públicas voltadas para a reorganização do sistema produtivo e da educação ambiental, visando frear a degradação do meio natural.

Como orientações para essa reorganização temos dois importantes respaldos legislativos: a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS, 2010) e a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA, 1999). Aprovada, em 2 de agosto de 2010, a Lei 12.305, que institui a PNRS, traz os princípios, objetivos, instrumentos e diretrizes necessários à gestão desses resíduos no Brasil.

Apontando as obrigações e deveres de cada setor, que faz parte desse sistema de gestão, os governos, empresas e mesmo o cidadão comum, avigora a ideia de que os resíduos sólidos são responsabilidade de toda a sociedade. À referida Lei soma-se a Lei Nacional de Saneamento Básico (Lei 11.445, de 2007), cooperando, assim, com os serviços de infraestrutura urbana no tocante à limpeza e ao manejo dos resíduos sólidos, dando a estes tratamento, destinação e disposição adequadas.

No que tange a PNEA, trazendo como conceito de educação ambiental, Artigo 1º: “trata-se da construção de valores, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação ambiental, praticando um bem social comum, necessário para a sustentabilidade e qualidade de vida”. Mostra, desta forma, a capacidade que a EA tem de formar cidadãos críticos e conscientes dos problemas ambientais encontrados, contribuindo para a preservação e a conservação do meio ambiente urbano, pois conduz os habitantes da urbe a exigirem políticas públicas mais eficientes para o alcance do equilíbrio do ecossistema como um todo, o qual deverá se manter sadio para o uso das gerações que ainda estão por vir.

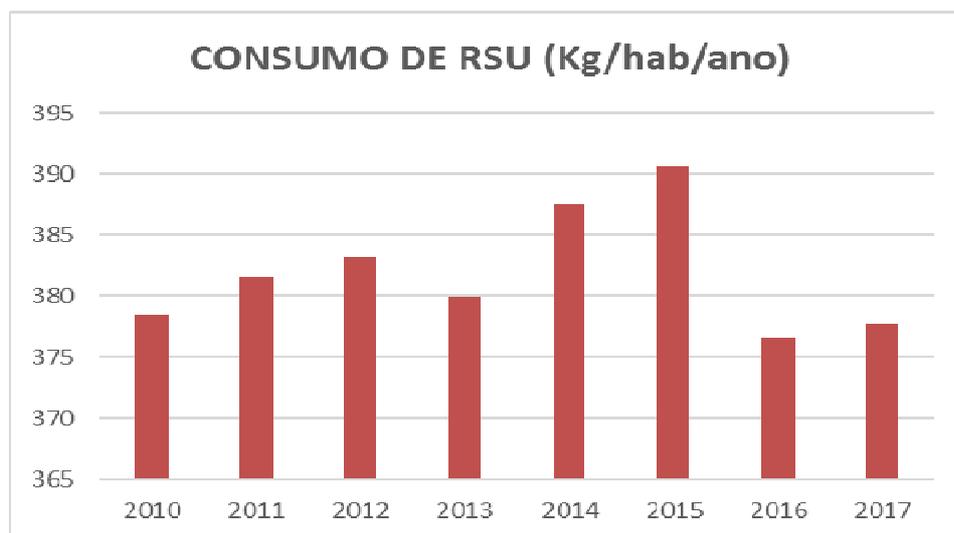
Assim, o presente artigo se volta em realizar uma reflexão sobre o consumo no mundo contemporâneo, a geração de resíduos que o mesmo proporciona, a poluição do meio ambiente e a busca por alternativas mais sustentáveis, dentro dos respaldos legislativos já existentes.

2. DISCUSSÃO

2.1 A Produção de Resíduos

Frente a realidade da sociedade de consumo, implantada e difundida no mundo pelos Estados Unidos da América para superar a crise econômica de 1929, temos padrões de exploração e descarte de matérias primas que esbarram na finitude dos recursos naturais. Presenciamos o consumo excessivo e o descarte vertiginoso de mercadorias pela população brasileira, realidade que pode ser observada no (Quadro 1), segundo dados da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE), que faz uma estimativa do consumo de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) por habitante, num período amostral de 8 anos.

Quadro 1 – Consumo de RSU do brasileiro



Fonte: ABRELPE, de 2010 a 2017.

Os picos mais baixos no gráfico não se relacionam a níveis de conscientização da população sobre a questão do consumo, mas a momentos de crise pelo qual o país passou, o que acarretou numa redução do poder de compra dos cidadãos. Em 2013 a alta inflação dos preços e a crise no final do ano de 2015 que gerou consequência ao ano seguinte se estendendo até hoje.

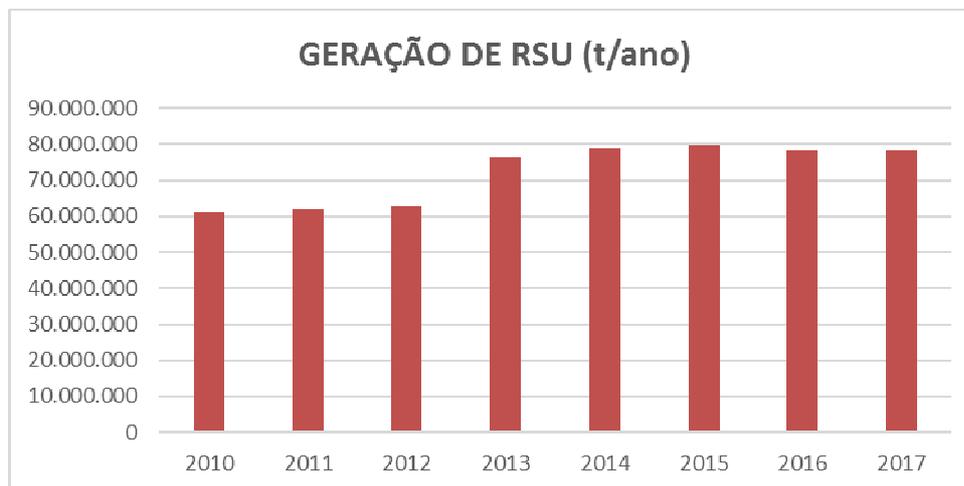
A questão não é abandonar o consumo, até mesmo porque ele é necessário para a própria sobrevivência humana, mas sim de pensar sobre o consumo, os tipos de produtos adquiridos, a mão de obra utilizada na sua fabricação, a quantidade de embalagens da mercadoria, o reuso e a procura por materiais já reciclados ou que sejam recicláveis.

O descontrole nas relações de consumo ocasiona a degradação da condição humana, denunciada por Baudrillard no início da década de 80 do século passado, acabando por acarretar, já no final desse período, um quadro de tamanha desigualdade social e deterioração ambiental, que a perspectiva de continuidade de tal modelo tornou-se inviável, pelo fato de que o próprio planeta Terra começa a dar indícios de esgotamento.

A geração de RSU no país representou um total anual de 78,4 milhões de toneladas, no ano de 2017, ano do último panorama de resíduos divulgado pela ABRELPE, onde 42,3 milhões de toneladas

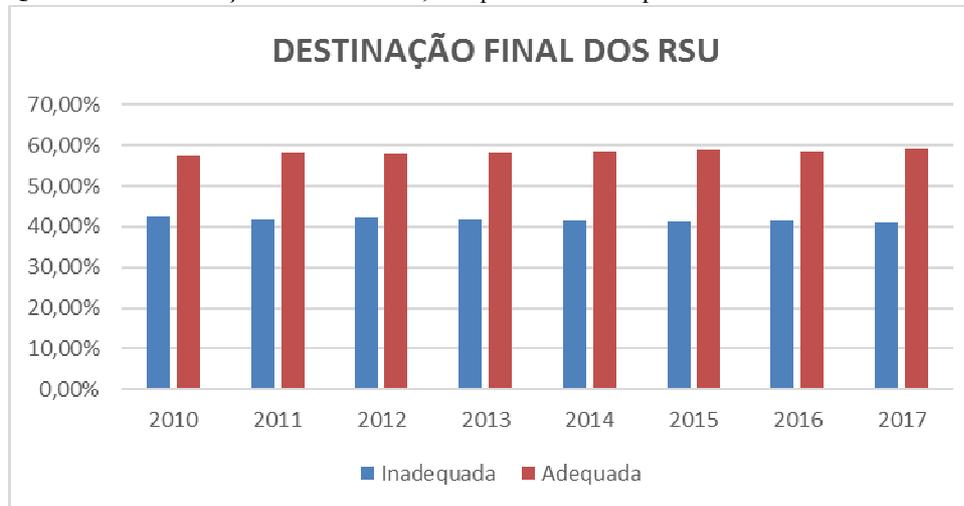
destes resíduos são destinados em aterros sanitários adequadamente e 29 milhões de toneladas de resíduos em lixões ou aterros controlados inadequadamente, como pode ser verificado nos (Quadros 2 e 3) seguintes.

Quadro 2 – Geração de RSU no país



Fonte: ABRELPE, de 2010 a 2017.

Quadro 3 – Destinação final dos RSU, adequada ou inadequada



Fonte: ABRELPE, de 2010 a 2017.

Grande parte desses resíduos que são aterrados ou vão parar em lixões ainda poderiam ser reaproveitados pelas cadeias produtivas, reduzindo o custo final das mercadorias e diminuindo a extração de recursos naturais e os gastos com água e energia para sua produção, por meio da reciclagem. Porém o que notamos é o descaso, a omissão do poder público em destinar verbas para campanhas de educação ambiental da população, para inserção de sistemas de coleta seletiva e do incentivo as indústrias para produção de materiais reciclados.

Com o descaso da máquina pública assistimos à deterioração do meio natural, seja pela extração ou pela poluição advinda dos resíduos. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

(IPEA, 2017), somente 13% dos RSU gerados no Brasil tem como destino a reciclagem, de uma quantia aproximada de 160 mil toneladas diárias.

Conforme o Compromisso Empresarial para Reciclagem (CEMPRE, 2019), apenas 22% dos municípios brasileiros apresentam um sistema de coleta seletiva, atendendo somente a 17% da população brasileira. Os municípios contemplados com o sistema de coleta seletiva contam como principais agentes executores as prefeituras, correspondendo a 39%; as empresas particulares, correspondendo a 36%; e as cooperativas, correspondendo a 50%.

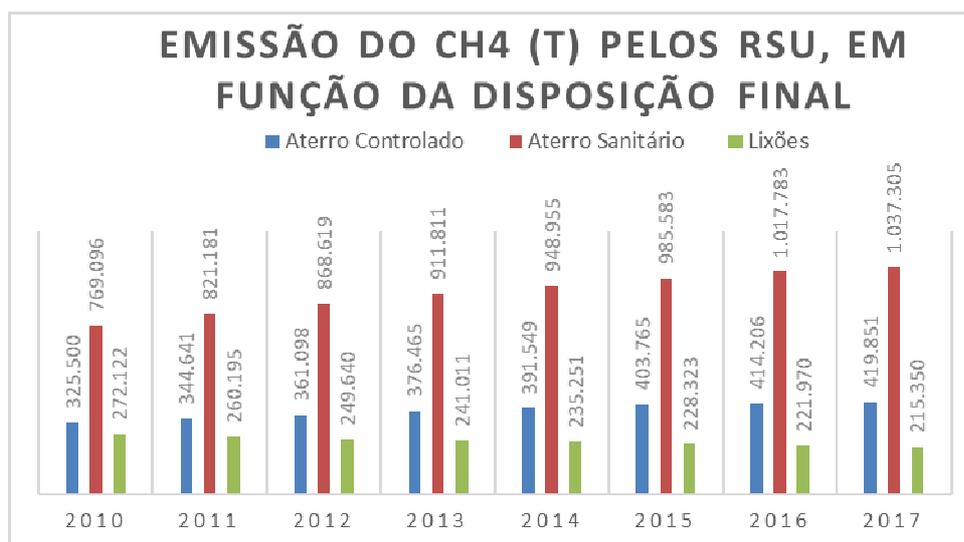
Ademais, fora as questões até aqui mencionadas, temos o caso da emissão de gases do efeito estufa decorrentes da disposição final dos RSU, acarretada pela matéria orgânica presente, matéria que corresponde mais de 50% da composição dos RSU, que podem agravar ainda mais os problemas climáticos.

2.2 A Emissão de Gases Poluentes

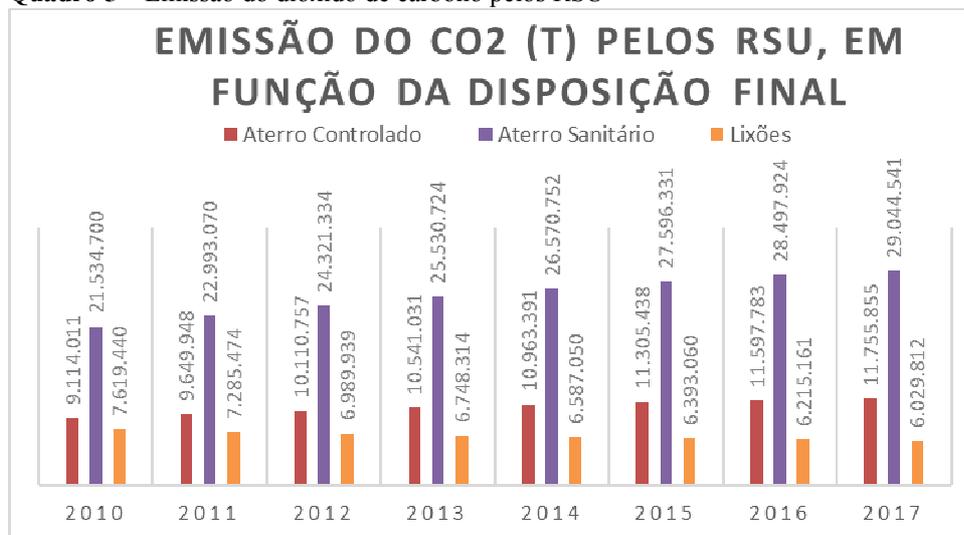
De acordo com dados levantados pelo Centro de Tecnologia e Embalagens, juntamente com a CEMPRE, divulgados neste ano de 2019, uma melhor gestão dos resíduos sólidos no país, com a inserção dos propósitos da logística reversa e com reversão de lixões em aterros, impedirá a emissão anual de 7,02 milhões de toneladas de gases do efeito estufa.

Entre os principais gases liberados pelos RSU, que contribuem com o efeito estufa, temos o metano (CH_4) e o dióxido de carbono (CO_2). O Sistema de Estimativa de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG, 2017), mostra, em toneladas, a quantidade liberada desses dois gases conforme a quantidade de resíduos acondicionados em cada tipo de disposição final como pode ser observado abaixo (Quadros 4 e 5).

Quadro 4 – Emissão de metano pelos RSU



Fonte: Adaptado do SEEG, 2017.

Quadro 5 – Emissão do dióxido de carbono pelos RSU


Fonte: Adaptado do SEEG, 2017.

A quantidade de metano e dióxido de carbono liberado nos aterros sanitários é maior que em lixões e em aterros controlados, pois nessas localidades há um maior depósito de resíduos sólidos.

Um fato importante de ser analisado é que na estrutura de aterro sanitário existe o sistema de drenagem de gases, impedindo que os mesmos sejam lançados na atmosfera, diferentemente das outras duas formas de disposição final. Assim, podemos verificar que as formas de disposição inadequadas vêm lançando diariamente uma grande quantidade de gases que contribuem com o aquecimento global.

O sistema de drenagem, com a captação dos gases, produz a bioenergia sustentável, o biogás, que favorece a matriz energética do país. Um exemplo do aproveitamento do biogás no Brasil é o da Refinaria de Duque de Caxias (Reduc), na Baixada Fluminense (RJ), que utiliza o biogás que é gerado pela decomposição do lixo do antigo Aterro Sanitário de Gramacho.

Segundo dados da Petrobrás (2014) a Reduc utiliza em média 49 mil m³/dia de biogás, correspondendo 2,5% no seu uso diário, esse biogás é cedido pela empresa Gás Verde S.A. que faz a captação de gases no aterro de Gramacho e realiza a benfeitoria do mesmo, deixando dentro dos padrões de qualidade exigidos por especificações técnicas. Ainda, é responsável pelo maior processamento de gás natural do país.

Segundo o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDS, 2018), o biogás se trata da próxima fronteira de energia renovável frente ao desafio global de combater as mudanças climáticas e as limitações dos combustíveis fósseis. Pois, anualmente, a biodegradação da matéria orgânica, em condições anaeróbica, libera entre 590 milhões e 800 milhões de toneladas de metano na atmosfera.

Temos como principais fontes produtoras do biogás, conforme dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE, 2017), os aterros sanitários (51%), a indústria de alimentos e bebidas (25%), a suinocultura (14%), o lodo de esgoto (6%) e outros (3%).

Dentre os benefícios do biogás temos o fato de ser um gás produzido de forma contínua no meio; e a facilidade em sua estocagem, por compressão ou pela própria matéria prima. Além do fato de que este gás, que seria lançado na atmosfera de forma danosa, terá um aproveitamento positivo se convertendo em fonte de energia.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma possível mudança na realidade da geração de resíduos emergi do reconhecimento dos processos que envolvem as relações de consumo e papel de cada consumidor dentro desse círculo coletivo. Para isso, é importante considerar a função que o consumo assume dentro das diversas sociedades, pois, antes de ser repellido como uma prática predatória e excludente, deve ser entendido como uma atividade na qual as pessoas exercem suas identidades (suas escolhas individuais), participam das redes sociais e produzem seus valores. “Quando consumimos, de certa forma manifestamos a forma como vemos o mundo. Há, portanto, uma conexão entre valores éticos, escolhas políticas, visões sobre a natureza e comportamentos relacionados às atividades de consumo” (Manual de Educação para o Consumo Sustentável, MMA/MEC/IDEC, 2005, p. 16).

É nesse sentido que surge o conceito de consumo consciente, o qual induz à compreensão individual e coletiva de como os hábitos cotidianos exercem sua interferência sobre os recursos naturais e sobre os grupos sociais, o que leva à adoção de posturas políticas alternativas na escolha dos bens de consumo, como forma de reduzir os impactos negativos dessa prática, de forma a torná-la mais sustentável. Para isso, é importante que o consumidor esteja consciente de todas as etapas do processo (produção, distribuição, utilização e descarte final), o qual deve se pautar em relações mais solidárias entre os diversos setores sociais, como produtores, comerciantes e consumidores.

Entender o consumo como uma prática social e política, implica associar esta atividade ao desenvolvimento da cidadania, que carrega em si o conceito de defesa do consumidor. Isso significa considerar também que, fazer valer os direitos assegurados nas legislações vigentes, bem como lutar pela garantia da dignidade humana, é um compromisso que deve ser assumido por todos.

Dentre os objetivos da Política Nacional de Consumo estão: servir a necessidade dos consumidores, cumprimento à sua dignidade, garantir saúde e segurança, preservar os seus interesses econômicos, aperfeiçoar a qualidade de vida e transparência e harmonia das relações de consumo (Código de Defesa do Consumidor, Lei 8.078/90).

Assim, ao perceber as injustiças existentes na sociedade de consumo, o indivíduo consciente do seu papel passa a cobrar maior participação do setor público na promoção de melhores práticas na atividade. O consumidor precisa estar ciente que suas escolhas individuais têm reflexos coletivos, pois não são atitudes isoladas, mas fazem parte de uma organização que envolve diversos setores e atores sociais. Desta forma ele passa a exigir, cada vez mais, a transparência no processo de consumo e a adoção de formas mais sustentáveis não apenas do ponto de vista econômico, mas social e ambiental.

Os cidadãos têm que ter clareza de que cada um dos seus atos de consumo representam um poder político, poder esse que é essencial para reiterar uma democracia efetiva, pois a recusa ou a adesão a determinado padrão de consumo demonstra o poder de veto que o homem comum possui. O desafio da humanidade está na construção dessa nova cidadania, com as pessoas conscientes de seus papéis em sociedade e do poder de seus atos. Essa cidadania ainda está em fase de efetivação, exigindo por mais clareza na responsabilidade de cada ser (FELDMANN, apud TRIGUEIRO, 2003).

A percepção e a reflexão, por parte de cada um dos cidadãos, de todos os inúmeros problemas sociais e ambientais ocasionados pelo consumismo, deve conduzir a um processo de formação de consumidores conscientes de seu papel para a promoção da cidadania e para a construção de sociedades sustentáveis, ao invés de sociedades de consumo. Para tanto, faz-se necessário uma articulação coletiva, que seja capaz de intervir na esfera política de forma eficiente, o que envolve a atuação em prol da garantia dos direitos dos cidadãos e a defesa pela utilização e distribuição coerente e democrática dos recursos naturais, os quais devem ser reconhecidos como bem comum, de todos, indistintamente.

Destaca-se a importância estratégica da boa utilização dos meios de comunicação, os quais devem ser implicados na promoção e divulgação de campanhas socioeducativas sobre o meio

ambiente, servindo de estratégia para fortalecer os atores sociais sobre as questões referentes ao consumo e as consequências do seu descarte inadequadamente. Além disso, ressalta-se igualmente a necessidade de ações do poder público para a efetivação de uma estrutura de sistema de coleta seletiva adequada e eficaz para os municípios brasileiros.

4. REFERÊNCIAS

ABRELPE. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil**. São Paulo: [s.n.], 2010.

_____. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil**. São Paulo: [s.n.], 2011.

_____. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil**. São Paulo: [s.n.], 2012.

_____. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil**. São Paulo: [s.n.], 2013.

_____. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil**. São Paulo: [s.n.], 2014.

_____. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil**. São Paulo: [s.n.], 2015.

_____. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil**. São Paulo: [s.n.], 2016.

_____. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil**. São Paulo: [s.n.], 2017.

BARBOSA, L. **Sociedade e consumo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BAUDRILLARD, J. **A sociedade de consumo**. Tradução: Artur Morão. São Paulo: Edições 70, 1981.

BAUDRILLARD, J. **A sociedade de consumo**. Tradução Artur Lopes Cardoso. Portugal: Edições 70, 2003. [Coleção Arte & Comunicação].

BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Tradução: Mauro Gama; e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BRASIL. Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. **Proteção do consumidor**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8078.htm>. Acessado em: 31 out. 2018.

_____. Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm>. Acesso em: 14 mar. 2014.

_____. Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007. **Lei Nacional do Saneamento Básico**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm>. Acesso em: 17 dez. 2013.

_____. **Consumo sustentável: manual de educação**. Brasília: Consumers International/MMA/MEC/IDEC, 2005.

_____. Lei Federal nº 12.305, de 10 de agosto de 2010. **Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm>. Acesso em: 05 jan.

2014.

BNDS. **Biogás: a próxima fronteira da energia renovável**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/biogas>>. Acessado em: 02 jul. 2019.

CAMPBELL, C. **A ética romântica e o espírito do consumismo moderno**. Tradução: Mauro Gama. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

CEMPRE. **Reciclando ideais**. São Paulo, 2019. Disponível em: <<http://cempre.org.br/cempre-informa/id/113/ciclossoft-demonstra-amadurecimento-do-sistema>>. Acessado em: 10 jun. 2019.

_____. **Review**. São Paulo, 2019. Disponível em: < <http://cempre.org.br/upload/CEMPRE-Review2019.pdf>>. Acessado em: 10 jun. 2019.

EPE. **Impactos da participação do biogás e do biometano na matriz brasileira**. In: IV Fórum de Biogás. São Paulo, 2017.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2ª ed., 1986.

IPEA. **Apenas 13% dos resíduos sólidos urbanos no país vão para reciclagem**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29296:apenas-13-dos-residuos-urbanos-no-pais-vaio-para-reciclagem&catid=1:dirur&directory=1>. Acessado em: 01 jul. 2019.

MANIGLIA, E.; COSTA, Y. F. (org.). **Direito e políticas públicas de sustentabilidade**. 2. ed. Ribeirão Preto: Legis Summa, 2012. 312 p.

PETROBRÁS. **Refinaria gera energia com biogás do Aterro de Gramacho**. 2014. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/refinaria-gera-energia-com-biogas-do-aterro-de-gramacho.htm>>. Acessado em: 02 mai. 2019.

SEEG. **Base de dados: emissões totais**. Disponível em: < http://plataforma.seeg.eco.br/total_emission>. Acessado em: 01 jul. 2019.

TRIGUEIRO, A. (org.). **Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.